



INSTITUTO CONHECIMENTO LIBERTA

DIREITOS INDÍGENAS

PILAR CULTURAL

10 aulas



Carolina Augusta de Mendonça Rodrigues

CONHEÇA SUA PROFESSORA

Carolina Augusta de Mendonça Rodrigues é Procuradora Federal desde 2002, atuou junto à PFE/FUNAI entre 2012 e 2019. Mestre em Desenvolvimento Sustentável (MESPT/UnB), Doutoranda em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH/UnB) e Especialista em Direito Público pela UnB. Foi Membro Consultora da Comissão Especial de Defesa dos Povos Indígenas da OAB Federal e da Comissão de Direitos Indígenas da OAB/DF. Formadora da Escola Nacional de Formação de Magistrados - ENFAM. Tem experiência acadêmica, profissional e de docência nas áreas de política indigenista, direitos indígenas e pluralismo jurídico.

Apresentação

Introduzir os alunos nos conceitos básicos de antropologia. Apresentar a história da Política Indigenista no Brasil. Discorrer sobre os principais institutos dos Direitos Indígenas, com a evolução na legislação e na jurisprudência brasileira e internacional. Compreender os atuais desafios na efetivação dos direitos e as lutas do movimento indígena.

Conteúdo Programático



Aula 01 – Política Indigenista

História da política indigenista desde o Brasil Colônia até o advento da CF 88, que alterou o paradigma integracionista.



Aula 02 – Introdução à Antropologia

As sociedades indígenas: cultura, identidade étnica, etnogênese e autodeterminação.



Aula 03 – Direito à Terra

Evolução histórica do Direito à Terra dos povos indígenas no Brasil: o Indigenato.



Aula 04 – Territorialidade Indígena

O processo de fortalecimento dos povos indígenas e nações originárias a partir de uma perspectiva descolonizante baseada na ideia de autodeterminação e de pertencimento à mãe terra.



Aula 05 – Processo de Demarcação

Jurisprudência dos tribunais nacionais e da Corte IDH, o caso Raposa Serra do Sol e o julgamento do Tema 1031 (Terra Indígena Ibirama La Klãño) pelo STF.



Aula 06 – Jurisprudência sobre Direito à Terra

Compreensão do processo de demarcação de terras indígenas como a efetivação do direito originário à terra previsto no artigo 231 da CF 88.



Aula 07 – Direito à Autodeterminação

Evolução dos direitos sociais e políticos dos povos indígenas, a partir da legislação brasileira e dos tratados internacionais.



Aula 08 – Consulta Livre, Prévia e Informada

Conceito de consulta, livre prévia e informada a partir das decisões da Corte IDH e experiências no Brasil sobre o tema.



Aula 09 – Pluralismo Jurídico e Direito Penal

Discussão sobre os institutos de direito penal e as principais visões sobre pluralismo jurídico a partir das experiências na América Latina.



Aula 10 – Legislações Especiais

Principais legislações que tratam dos direitos dos povos indígenas, versando sobre matéria ambiental, direito autoral e direitos sociais.

DIREITOS INDÍGENAS

Referências

BARBOSA, Marco Antônio. Autodeterminação: direito à diferença. São Paulo: Fapesp, 2001a.

BRASIL. Ministério Público Federal. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Manual de jurisprudência dos direitos indígenas: temas de direitos indígenas discutidos a partir de casos concretos, com jurisprudência nacional e internacional. Brasília : MPF, 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/manual-de-jurisprudencia-dos-direitos-indigenas.pdf>

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (orgs.). Direitos dos povos indígenas em disputa. São Paulo: Editora Unesp. 2018.

JÚNIOR, João Mendes. Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1912.

LACERDA, Rosane Freire. Diferença não é incapacidade: gênese e trajetória histórica da concepção da incapacidade indígena e sua insustentabilidade nos marcos do protagonismo dos povos indígenas e do texto constitucional de 1988. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3545>. Acesso em: 20 set 2016.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECADI; Laced/Museu Nacional. 2006.

MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. Justiça socioambiental e direitos humanos: um análise a partir dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2017.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “Cidadania, racismo e pluralismo: a presença das sociedades indígenas na organização do Estado-Nacional brasileiro”. In: Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, pp.192-208, 1999.

RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. São Paulo: Ática, 1986.

RAMOS, Alcida Rita (org.). Constituições nacionais e povos indígenas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito. 1 ed. 6 reimpr. Curitiba: Juruá, 2009

VERDUM, Ricardo (Org.). Povos Indígenas: Constituições e reformas Políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009

VILLARES, Luiz Fernando. Direito e povos indígenas. Curitiba: Juruá, 2009.

Documentários:

Videografia da www.ascuri.org.br disponível no Canal do Youtube